

# SEXUALIDADE

gênero  
e sociedade

Ano XI . nº 21 . setembro de 2004

## QUEM SÃO OS “SIMPATIZANTES”? Culturas identitárias homossexuais no Brasil urbano

Fabiano Gontijo \*

“Temos o direito de sermos iguais  
quando as diferenças nos inferiorizam,  
e temos o direito de sermos diferentes  
quando as igualdades nos escravizam.”

Boaventura de Sousa Santos

Práticas homoeróticas reconhecidas e aceitas são constantemente relatadas por antropólogos e historiadores em várias sociedades contemporâneas e passadas. Algumas delas parecem admitir práticas homoeróticas institucionalizadas entre indivíduos percebidos como pertencendo a gêneros distintos. Essas práticas estariam atreladas à obrigatoriedade de inversão dos gêneros – travestismo – e teriam fortes implicações mágico-religiosas, como no caso dos antigos *berdaches* das sociedades indígenas norte-americanas (Devereux, 1992; Roscoe, 1992) e, até certo ponto, o dos *hijras* da Índia (Nanda, 1985) e o dos *mahu* do Taiti (Levy, 1992).

Outras sociedades, contudo, parecem admitir práticas homoeróticas ritualizadas entre indivíduos percebidos como pertencendo ao mesmo gênero, porém de idades ou status distintos. Essas práticas estariam, então, atreladas a uma forma qualquer de desigualdade entre os indivíduos e marcariam, geralmente através de ritualizações, a passagem entre etapas ou posições sociais diferentes, como no caso dos “ritos de inseminação de meninos” (*boy inseminate rites*) na Melanésia (Bateson, 1971; Herdt, 1993) ou da “fraternidade de armas” entre guerreiros em sociedades indígenas (Cardín, 1989) e da pederastia da Grécia clássica (Foucault, 1984; Sergent, 1986).

\* Fabiano Gontijo, doutor em antropologia social e etnologia, é professor adjunto e coordenador do curso ciências sociais da UFPI.

gontijo@ufpi.br / fgontijo@hotmail.com

Em 2003, o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam) coordenou a realização de uma série de diagnósticos e mapeamentos, a fim de identificar tendências e lacunas na produção do conhecimento sobre sexualidade disponível no Brasil, bem como na implementação dos direitos e das políticas sexuais na América Andina e no Cone Sul.

### em perspectiva

O resultado parcial desse esforço vem agora a público com o lançamento de *Políticas e Direitos Sexuais no Brasil: O Panorama Atual*, que apresenta a legislação e as ações governamentais voltadas à sexualidade no país. Outras publicações estão sendo elaboradas a partir dos dados colhidos, enfocando diferentes aspectos da sexualidade e questões jurídicas relacionadas ao campo.

Com essa iniciativa, o Clam pretende contribuir para a reflexão e o diálogo entre academia, movimentos sociais e formuladores de políticas públicas, perseguindo seus objetivos de diminuir as desigualdades de gênero e fortalecer a luta contra a discriminação das minorias sexuais na América Latina.

E é também com esses propósitos que este número traz mais elementos ao debate, por meio do artigo de Fabiano Gontijo sobre culturas identitárias homossexuais no Brasil urbano, de notícias acerca da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e resenha do livro sobre contracepção, aborto e infanticídio nas primeiras décadas do século XX. Vale a pena conferir.

QUEM SÃO OS “SIMPATIZANTES”? PÁG. 1

A ARTE DE ENGANAR A NATUREZA PÁG. 7

BREVES NOTÍCIAS SOBRE A

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES PÁG. 8

neste número

Ora, as relações sexuais entre indivíduos percebidos como do mesmo sexo, do mesmo gênero, de mesmo status/posição social ou idades próximas, comportando-se indiferentemente como “ativo” ou “passivo” no coito (ou nem “ativo”, nem “passivo”) e que geram identidades sociais particulares – logo, homossexualidades identitárias, e não institucionalizadas ou ritualizadas – parecem ser quase que exclusividades das sociedades industrializadas ocidentais. Trata-se, aqui, de refletir sobre alguns rumos que vêm tomando, no Brasil urbano, as culturas identitárias homossexuais, a partir das reflexões de Guasch-Andreu (2000) para a Espanha dos anos 90. Mais do que afirmações e conclusões, serão expostos questionamentos e provocações inacabadas, em busca de reações geradoras (e instigadoras) de investigações.

### A instituição da ortodoxia heteronormativa

Como exposto por Hekma (1996) e, antes dele, por Weeks (1985) e por Foucault (1976), a heterossexualidade, enquanto projeto político de controle social das massas por um grupo/classe que ascende ao poder, é instituída no século XIX, alicerçando-se em elementos fornecidos pelas ciências biomédicas, as novas provedoras da verdade sobre o corpo individual e, por extensão, sobre o corpo social.

Cria-se, segundo Guasch-Andreu (2000), o “mito da heterossexualidade”, uma história ou narrativa sagrada (“a verdadeira história do corpo”), transmitida oralmente e através de livros e textos também sagrados (os manuais, compêndios e tratados de anatomia), que tenta explicar o mundo e, em particular, o mundo dos desejos e afetos, com o intuito de garantir a estabilidade “moral” das coisas e justificar uma ordem recém-estabelecida, porém já “naturalizada” e transformada em norma: a *heteronorma*. Institui-se uma sexualidade ortodoxa que deve ser seguida como dogma científico para a perfeita adequação aos preceitos do “dimorfismo sexual” darwiniano e do “paradigma da reprodução” (Herdt, 1994): a *ortodoxia heterossexual*.

A heterossexualidade, assim apresentada, não é, pois, uma estrutura universal. Antes, trata-se de uma construção ocidental, diretamente vinculada ao processo de industrialização e baseada em quatro pilares: o adultismo, o sexismo, a misoginia e a homofobia. A sexualidade, sendo definida como sinônimo de reprodução, se afirma como patrimônio exclusivo dos adultos, daí o incessante trabalho de controle da sexualidade infantil e de desprezo da sexualidade dos idosos.

Outras características da heterossexualidade serão a valorização do casamento e da união monogâmica estável baseada na fidelidade, a interpretação masculina da sexualidade feminina, a condenação das dissidências sexuais e, enfim, a sexualidade exclusivamente coitocêntrica, essencialmente genitalizada e impreterivelmente reprodutora (Guasch-Andreu, 2000). Essas características não são muito distintas daquelas pregadas pelo cristianismo; porém, no século XIX, ganham uma roupagem “científica”: a medicina converte o mal e o pecado em enfermidades e, posteriormente, em delitos. Todas as formas e práticas corporais que não correspondem direta ou indiretamente às necessidades da nova ordem de relações de produção, distribuição e consumo de bens (materiais ou simbólicos) são, pois, transformadas em doenças e/ou delitos/crimes.



## A instituição da heterodoxia homossexual herética

O “mito da heterossexualidade”, formulado por médicos e psiquiatras e respaldado por juristas, cria, por sua vez, o “contramito” ou o “mito dentro do mito”: o “mito da homossexualidade”. E esse “contramito” se transforma em “antimito” no século XX, desmistificando o mito-mor e, enfim, gera uma nova ortodoxia no início do século XXI.

A identidade homossexual e, por conseguinte, as culturas identitárias homossexuais que se forjam a partir do final do século XIX e, sobretudo, na segunda metade do século XX, não podem ser entendidas sem referência à imposição da heteronorma no final do século XIX e à crise do modelo identitário heterossexual a partir da segunda metade do século XX. Até os anos 60 do século passado, os referentes simbólicos das identidades homossexuais eram os do gênero oposto, reproduzindo tanto o “sistema hierárquico de gênero”, que divide o mundo em ativo (princípio masculino) e passivo (princípio feminino), quanto o “sistema médico-científico”, que divide o mundo em heterossexuais, bissexuais e homossexuais.

A medicina e a psiquiatria parecem perder seu poder de legitimação do controle social através da sexualidade depois da Segunda Guerra Mundial, notadamente a partir dos questionamentos de W. Reich, dos resultados surpreendentes das pesquisas da equipe de A. Kinsey, do sucesso do relativismo sexual dos trabalhos de M. Mead e, enfim, do contexto ideológico e político que levaram às transformações culturais da década de 60 (Weeks, 1985). A partir daí, a nova definição da normalidade sexual vai se organizar de maneira mais sutil: já não se trata de proibir e reprimir a atividade sexual, mas, ao contrário, de gerar normas para um melhor acesso ao prazer, recomendando a atividade sexual. Porém, dentro de uma certa ordem, com regras, diretrizes e roteiros.

A sexologia contemporânea vai se encarregar dessa “nova ordem sexual”, segundo Béjin (1990), eliminando todos os impedimentos ao organismo, racionalizando-o e pregando (impondo?) sua democratização. Do orgasmo proscrito ou limitado, passamos ao orgasmo prescrito e exacerbado, criando, naqueles – em geral, naquelas – que não conseguem atingir o orgasmo obrigatório, o sentimento de inadequação às normas (Béjin, 1990).

As normas de acesso ao prazer são reformadas, mas não desaparecem e, como diz Guasch-Andreu (2000), a sexologia transpõe para um contexto democrático e neoliberal os discursos anteriores sobre a sexualidade. Chega-se, pois, ao discurso do “mercado sexual”, da “contabilidade dos orgasmos”, do “consumismo sexual”... e da cidadania sexual.

Todo esse processo se dá em razão de uma mudança social ampla, com a ascensão de novos grupos sociais – a *petite bourgeoisie nouvelle* da França de Bourdieu? (1979) –, notadamente aqueles ligados às novas profissões e aos novos recursos de poder, que gerarão a “sociedade da imagem e da informação” e acelerarão a passagem para a “supermodernidade” (Augé, 1994). Alguns dos mais visíveis expoentes desses grupos serão membros do movimento gay que desabrochará nesses anos 70, inclusive no Brasil (Green, 1994). Esse processo cria uma série de novas identidades homossexuais – as identidades *gays* norte-americanas e *entendidas* ibéricas, latino-americanas e brasileiras (Levine, 1998; Parker, 1995; Whitam, 1995) – que, ainda que “heterodoxas” e “heréticas” em relação ao modelo “ortodoxo” heteronormativo, abrem espaço para um primeiro movimento de visibilização das homossexualidades identitárias no Brasil.

Até os anos 60/70, “bonecas”, “enxutos” e “almofadinhas” eram alguns dos termos usados para designar aqueles homens que mantinham relações sexuais com outros homens no Brasil, não implicando diretamente a formação de uma “identidade homossexual”, pois esses indivíduos eram associados (e se associavam) simbolicamente ao gênero oposto. A partir dos anos 70, são os “travestis”, “transformistas”, “caricatas” e “entendidos” que dominarão a cena, criando uma espécie de “subcultura gay” nos grandes centros urbanos.

## Das identidades homossexuais às imagens identitárias gays: o caso do Rio de Janeiro

Nos anos 70/80, o desenvolvimento das camadas médias urbanas e da “sociedade de consumo de massa”, o surgimento de novas profissões, a aceleração da urbanização e do anonimato, os efeitos da televisão, a fragmentação das referências culturais, entre outros fatores, deram uma maior visibilidade aos homossexuais identitários nos centros urbanos brasileiros, em particular, num primeiro momento, aos mais afeminados. As imagens da travesti/transsexual, assim como a das “transformistas” e “caricatas”, iriam povoar as páginas da *Manchete*, por exemplo. A partir da difusão do modelo gay norte-americano – o *macho man* que lutava por direitos iguais entre homossexuais e heterossexuais –, emergiu no Brasil a imagem do “entendido”, com seus pontos de encontro, bares e restaurantes, suas boates, saunas e cinemas, a praia de Copacabana no Rio e seu trecho gay – a Bolsa –, os bailes carnavalescos Gala Gay, a Banda de Ipanema e a invasão das escolas de samba de carnavalescos como Joãozinho Trinta. O ponto culminante dessa época é a primeira metade dos anos 80, com a aparente aceitação de homossexuais em todas as esferas da vida social, sobretudo naquelas que concernem às festas e ao lazer.

Mas a Aids surge e suas conseqüências culturais se difundem, a partir da segunda metade dos anos 80, reforçando o interesse de jovens e “menos jovens” pelos cuidados corporais, o que já havia sido iniciado nos anos 70: a nova “juventude dourada”, em busca de símbolos de saúde, se entrega a práticas esportivas que moldem os corpos e à ingestão de alimentos “energéticos” na tentativa de construção de uma corporalidade “sadia”, ao mesmo tempo em que as aparências e imagens de si se diversificam e se heterogeneizam em razão da multiplicidade de referências culturais e de uma espécie de busca desenfreada de construção identitária.

É nesse contexto que emerge com força, nos anos 90, o que chamamos de “imagens identitárias” para dar conta da fluidez das formulações e reformulações das aparências e das imagens de si identificadoras. Aparecem as imagens identitárias que retraduzem e “tropicalizam” o *queer movement* norte-americano, associadas ao que temos chamado, ainda que precariamente, de cultura GLS: *barbies* e *drag queens* brincam com as aparências – *fake* –, criando novos espaços de sociabilidade (socialidade?) e de reprodução identitária, como, no caso carioca, o eixo Teixeira de Melo/Farme de Amoedo, em Ipanema, as *rave-parties* realizadas em locais insólitos e onde se escuta música eletrônica (como X-Demente, BITCH e outras), as festividades ditas *off* e “alternativas” do carnaval, as bandas Carmen Miranda e Simpatia É Quase Amor, as escolas de samba São Clemente e Mangueira ou onde estiverem Milton Cunha e Rubinho Barroso.

Teríamos, então, no Brasil urbano de hoje, um “modelo homossexual identitário” típico dos anos 70/80 e um “modelo” típico dos anos 90? O primeiro seria aquele da primeira visibilização e da vontade de união identitária, do “pré-Aids”, da criação do movimento homossexual brasileiro, talvez baseado em parte na reivindicação de “políticas de redistribuição” (Fraser, 2002). O outro, aquele da segunda visibilização e da fragmentação identitária, do “pós-Aids”, da reestruturação do movimento gay, talvez baseado nas particularidades locais e na reivindicação de “políticas de reconhecimento” (Fraser, 2002).

### Enfim, homossexualidades ortodoxas?

Até os anos 70/80, observa-se a predominância da “heterossexualidade ortodoxa” como único modelo societal possível: um conjunto de preceitos, regras de comportamento, maneiras de produzir categorias e formas de representações fazem continuamente da “orientação heterossexual” o modelo a ser seguido. Introduzindo-se nas diversas instâncias do poder – religioso, civil, militar, educativo, político etc. – essa “orientação” dominante reveste os atributos de sexualidade obrigatória; as

outras orientações até podem e devem existir, mas sem reconhecimento oficial (Aliaga & Cortés, 1997). Mas, nos anos 70/80, essa ortodoxia cria a ilusão de existência de uma alternativa, tentando integrar a “especificidade gay” ao permitir – ou mesmo incitar – a formação de instâncias gays, com a condição de que os homossexuais se adaptem e se diluam na heteronorma.

O modelo de estrutura social baseada na família, que não leva em consideração as homossexualidades identitárias, continua predominante, assim como o modelo jurídico (baseado na instituição do casamento), o modelo religioso (baseado na autoridade papal e na procriação), o modelo político-partidário (baseado na representação pseudodemocrática), o modelo sanitário (baseado na Previdência Social). Talvez somente o modelo econômico reconheça, de fato, as homossexualidades identitárias, contribuindo, não sem interesse, na invenção de seus traços culturais e transformando os sujeitos em consumidores e produtores.

No Brasil, uma grande parcela dos homossexuais identitários vem se adaptando mais ou menos bem a essa ortodoxia e ao sistema hierárquico dos gêneros que ela implica. Não haveria, nesse caso, contestação do modelo societal predominante, mas, simplesmente, reformulação das fronteiras do permitido e do *desejável*. É assim que vemos a permissão e a difusão das homossexualidades *dentro de certos limites*, em particular no domínio do lazer e das festas, enquanto *communitas*, ao passo que a heterossexualidade seria a *estrutura*, para usar os termos de V. Turner (1990). Porém, estaríamos observando, desde os anos 90, uma transformação paulatina das homossexualidades em estrutura, com a contestação, por uma minoria, desse modelo societal predominante – é o “princípio do fim” do adultismo, do sexismo, da misoginia e, até certo ponto, de alguma forma de homofobia.

Com efeito, a emergência do *queer movement* vem trazendo uma reformulação dos alicerces do “mito da heterossexualidade” (Altman, 1997). No Brasil, a “cultura GLS” parece integrar as diversidades e criar, numa espécie de “antropofagia tropical” típica dos movimentos culturais modernistas, um modelo heterogêneo que valoriza as diferenciações e o efêmero das referências identitárias. Assim, a família, o casamento, a política, a religião, a saúde, a economia e todos aqueles elementos que caracteriza(va)m a heteronorma estariam sendo repensados, caricaturados e reinventados sobre novas bases, partindo-se de uma reestruturação (ainda precariamente em andamento) das definições correntes de masculinidade e de homossexualidade (e “homossexualismo”), assim como das definições “clássicas” do erógeno.

Enfim, o círculo começa a se fechar. A “subcultura gay” (e a “cultura GLS”) se estrutura sobre certos valores (que criam o “mito da homossexualidade”), segundo Guasch-Andreu (2000), como o lazer, a exacerbação da juventude, o culto ao corpo, a troca incessante de orgasmos, a cópia do modelo norte-americano (o *american way of life*), a redefinição da masculinidade (e da feminilidade) e as formas de organização social e comunitárias particulares. Ora, todos esses valores são cada vez mais hegemônicos e globalizados e estão incluídos numa nova *ortodoxia*: o lazer está virando a maior preocupação das camadas médias e abastadas heterossexuais numa sociedade que não se reconhece mais unicamente no trabalho, assim como a juvenilização e a corpolatria (Malysse, 2002), a redefinição do masculino e do feminino devido à “crise do masculino” e à ascensão da “terceira mulher” (Trevisan, 1998; Lipovetsky, 2000), as novas conjugalidades heterossexuais não mais atreladas à família “clássica” etc.

Estaríamos assistindo à derrocada do “mito da heterossexualidade”? Apresentamo-nos diante de um conflito estrutural entre, de um lado, um modelo social heteronormativo e homogeneizador que essencializa as homossexualidades e, de outro, um modelo social heterogêneo baseado em lógicas identitárias, legalidades e cidadanias múltiplas. Esses modelos seriam “tipos-ideais” fluidos, mais do que configurações estanques. Divergentes, eles estariam convivendo e permeando todas as instituições sociais e formações culturais. O círculo se fechou: estaria a heterodoxia se dissolvendo na ortodoxia?

## Referências bibliográficas

- ALIAGA, J.V. & J.M.G. CORTÉS. (1997) *Identidad y diferencia : sobre la cultura gay en España*. Barcelona/Madrid: Editorial Gay y Lesbiana.
- ALTMAN, D. (1997) "On Global queering", *Australian Humanities Review*, 2. <http://www.lib.latrobe.edu.au>
- AUGÉ, M. (1994) *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus.
- BATESON, G. (1971) *La cérémonie du Naven*. Paris, Minuit.
- BEJIN, A. (1990) *Le nouveau tempérament sexuel: essai sur la rationalisation et la démocratisation de la sexualité*. Paris, Kimé.
- BOURDIEU, P. (1979) *La distinction*. Paris, Minuit.
- CARDÍN, A. (1989) *Guerreros, chamanes y travestis*. Barcelona, Tusquets.
- DEVEREUX, G. (1992) "Institutionalized Homosexuality of the Mohave Indians", in DYNES, W. R. & S. DONALDSON (orgs.). *Ethnographic Studies of Homosexuality*. Nova York/Londres, Garland, pp.136-165.
- FOUCAULT, M. (1976) *Histoire de la sexualité 1: La volonté de savoir*. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1984) *Histoire de la sexualité 2: L'usage des plaisirs*. Paris, Gallimard.
- FRASER, N. (2002) "Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero", in BRUSCHINI, C. & S.G. UNBEHAUM (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, FCC/Ed.34, . pp. 59-78.
- FRY, P. e E. MACRAE. (1983) *O que é homossexualidade?* São Paulo, Brasiliense.
- GONTIJO, F. (2000) *Genres, Carnaval e SIDA: la construction des identités homosexuelles dans les situations rituelles du carnaval de Rio de Janeiro à l'ère du SIDA*. Tese de Doutorado. Paris, EHES/UF RJ.
- \_\_\_\_\_. (2002) "Carioquice ou carioquidade? Ensaio etnográfico das imagens identitárias cariocas", in GOLDENBERG, M. (org.). *Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro, Record, pp.41-77.
- GREEN, J.N. (1994) "The Emergence of the Brazilian Gay Liberation Movement 1977-1981", *Latin American Perspectives*, 80, 21, 1, pp.38-55.
- GUASCH-ANDREU, O. (2000) *La crisis de la heterosexualidad*. Barcelona, Laertes.
- HEKMA, G. (1996) "História da sexologia: aspectos sociais e históricos da sexualidade", in BREMMER, Jan (org.). *De Safo a Sade: momentos na história da sexualidade*. Rio de Janeiro, Papirus, pp.237-263.
- HERDT, G.H. (1993) *Ritualized homosexuality in Melanesia [1984]*. Berkeley/Oxford, University of California Press.
- \_\_\_\_\_. (1994) "Introduction: third sexes and third genders", in HERDT, G. H. (org.). *Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history*. New York, Zone Books, pp.1-81.
- LEVINE, M.P. (1998) "Gay Ghetto", in NARDI, P.M. e B.E. SCHNEIDER (orgs.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. Londres/Nova York, Routledge, pp. 194-206.
- LEVY, R.I. (1992) "The community functions of Tahitian male transvestism: a hypothesis", in DYNES, W. R. & S. DONALDSON (orgs.). *Ethnographic Studies of Homosexuality*. Nova York/Londres, Garland, pp.316-325.
- LIPOVETSKY, G. (2000) *A terceira mulher*. São Paulo, Cia. das Letras.
- MALYSSE, S. (2002) "Em busca dos (h)alteres-ego: olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca", in GOLDENBERG, M. (org.). *Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro, Record, pp. 79-137.
- NANDA, S. (1985) "The Hijras of India: cultural and individual dimensions of an institutionalized third gender role". *Journal of homosexuality*, 11, pp.35-54.
- PARKER, R. (1991) *Corpos, prazeres e paixões*. São Paulo, Best Seller.
- \_\_\_\_\_. (1995) "Changing Brazilian constructions of homosexuality", in MURRAY, S.O. (org.). *Latin American male homosexualities*. Albuquerque, New Mexico University Press, pp. 241-255.
- \_\_\_\_\_. (2002) *Abaixo do Equador*. Rio de Janeiro, Record.
- ROSCOE, W. (1992) "The Zuni man-woman", in DYNES, W. R. & S. DONALDSON (orgs.). *Ethnographic Studies of Homosexuality*. Nova York/Londres, Garland, pp.358-369.
- SERGENT, B. (1986) *L'homosexualité dans la mythologie grecque*. Paris, Payot.
- TREVISAN, J.S. (1998) *Seis balas num buraco só*. Rio de Janeiro, Record.
- TURNER, V. (1990) *Le phénomène rituel*. Paris, PUF.
- WEEKS, J. (1985) *Sexuality and its discontents*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- WHITAM, F.L. (1995) "Os entendidos: gay life in São Paulo in the late 1970s", in URRAY, S.O. (org.). *Latin American male homosexualities*. Albuquerque, New Mexico University Press, pp. 231-240.

## A ARTE DE ENGANAR A NATUREZA

Daniela Tonelli Manica\*

Prosseguindo a discussão sobre a constituição da ginecologia como uma ciência fundamentada na construção da diferença sexual, tema de seu primeiro livro<sup>1</sup>, Fabíola Rohden procura agora desvelar os debates travados por políticos, médicos e juristas brasileiros nas primeiras décadas do século XX sobre os temas da contracepção, aborto e infanticídio.

Na configuração da reprodução como um problema político, a baixa da taxa de fecundidade aparece como uma das causas para que o aborto e a contracepção sejam definidos como questões que dificultariam a consolidação dos projetos nacionais. A maternidade – destino natural reservado às mulheres – e o casamento são vistos como as soluções para o povoamento da pátria e o progresso da nação e da espécie. No Brasil, a questão da miscigenação representa um dos desafios colocados para a elite preocupada com a formação da nação, reforçando o caráter eugênico das discussões e intervenções que passaram a ser propostas.

Fabíola mostra como a vitimização das mulheres acometidas pelo que se definiu como *loucura puerperal* funcionou ao mesmo tempo como uma explicação científica para seu comportamento e como uma forma de se desviar da discussão sobre o controle da natalidade. As classificações de diferentes tipos de aborto evidenciam a busca dos médicos pela distinção entre as suas práticas (terapêuticas) e as dos outros (criminosas).

Abordando o jogo de responsabilidades que pautava a relação entre médicos e pacientes, e os processos de denúncia, inquérito e exames periciais, a autora procura apontar os pressupostos que fundamentam o olhar de juristas e médicos sobre as questões relacionadas à família e ao comportamento sexual, concentrados na construção da moral sexual da mulher, da sua honra, ingenuidade e instinto maternal. A solução bastante freqüente de atribuir à mulher o estado de loucura puerperal, caracterizado então pela privação da inteligência, mostra a dificuldade em se admitir a possibilidade do crime do infanticídio.

Sua análise criteriosa de um material rico e diversificado, que vai desde as teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro até os inquéritos e processos relativos a aborto e infanticídio, passando por uma série de outros textos produzidos ao longo desse debate, revela as conexões entre os discursos sobre casamento, reprodução e sexualidade e os projetos nacionais em pauta.

A aproximação entre a medicina e o Estado, mediada pela atuação do sistema jurídico, favoreceu o estabelecimento de uma aliança entre as questões relativas à constituição da nação brasileira e a definição da reprodução como um problema sobre o qual pensava e atuava a elite política da época. Para tanto, investiu-se tanto na definição do que era do domínio da natureza, como na tentativa de intervir e controlar aqueles e aquelas que a tentariam enganar.

**A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**, de Fabíola Rohden. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2003. Coleção História e Saúde.

\*Daniela Tonelli Manica é mestre em antropologia social e doutoranda em ciências sociais pela Unicamp.

1. Rohden, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001.

**BREVES NOTÍCIAS SOBRE  
A I CONFERÊNCIA  
NACIONAL DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA AS MULHERES**

Maria Luiza Heilborn\*

Entre 15 e 17 de julho foi realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, ápice de reuniões que tiveram lugar a partir de maio em vários municípios brasileiros e em todos os estados da Federação.

A Secretaria Especial da Mulher (cuja titular é Nilcéa Freire) e o CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher organizaram, a pedido do governo federal, um processo de consulta à sociedade civil, sobretudo aos movimentos de mulheres e feministas, com o objetivo de elaborar diretrizes para um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Desde o processo de preparação para a ECO 92, no Rio de Janeiro, passando por Beijing, em 1995, e culminado com a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras deste ano esses movimentos sociais vêm produzindo documentos que reúnem as principais reivindicações e indicam quais as políticas públicas possíveis de alterar o cenário social das mulheres no país. Nesse sentido, o texto final da conferência não inovou muito, a não ser no que diz respeito à reivindicação da descriminalização e da legalização do aborto no país.

Os debates e as articulações políticas em torno desse tema foram intensos, e pela primeira vez a bandeira da legalização (que deve garantir acesso aos serviços de saúde pública) saiu vitoriosa no documento final. Essa reivindicação foi sendo articulada nos preparativos dessa conferência para barrar o que tem sido considerado um avanço de pontos de vista conservadores em relação aos direitos reprodutivos, bem como para conter a disseminação da idéia do ensino religioso na educação pública.

Com mais de 2 mil participantes, a conferência foi palco de expressão da diversidade de grupos que integram o movimento de mulheres e feminista no Brasil. Trabalhadoras rurais, associadas à Fetag, identificadas com chapéus de palha pintados de lilás, reivindicavam acesso à terra e a políticas de financiamento específicas. Os grupos de ativismo lésbico, com bandeiras arco-íris, clamavam pela inclusão da não-discriminação por orientação sexual, pleiteando a identificação de múltiplas identidades: mulheres lésbicas, mulheres que fazem sexo com mulheres e bissexuais.

E as mulheres negras e indígenas, que não se sentiam contempladas pelo termo raça/etnia, chegaram a um pioneiro acordo, declarado como “aliança de parentesco” entre as populações indígenas e as afrodescendentes, que enseja um novo momento de articulação desses movimentos sociais.

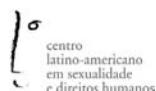
\* Maria Luiza Heilborn é professora adjunta do IMS/UERJ e coordenadora do Clam.

**DIRETOR DO IMS**  
Ruben Mattos

**VICE-DIRETORA DO IMS**  
Jane Russo

**EDITORA**  
Anna Paula Uziel

**PROJETO GRÁFICO**  
nitadesign :: Anna Amendola



**EDITORA ASSISTENTE**  
Silvana Afram

**APOIO:** Fundação Ford  
**TIRAGEM:** 3.000 exemplares

**PROGRAMA  
EM GÊNERO  
SEXUALIDADE  
E SAÚDE** | Rua. São Francisco Xavier, 524 - 7º andar - Bl. D  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20550-013  
tel. (21) 2568-0599 - fax. 2234-7343  
email. sexgen@uerj.br

**CONSELHO EDITORIAL**  
Elaine Reis Brandão  
Jane Galvão  
Maria Luiza Heilborn  
Margareth Arilha  
Regina Maria Barbosa

Esta é uma publicação quadrimestral do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde e do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - IMS/UERJ.